

Eixo capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB



Ed Alves/CB/D.A Press

Vinicius Cardoso/CB/D.A Press



Vinicius Cardoso Vieira/Esp. CB/D.A Press



Reprodução/Instagram



Adversários de Ibaneis em 2018, agora, vão disputar eleição para deputado federal

Dos sete candidatos a governador mais votados na última eleição no DF, seis vão disputar, em outubro, um mandato de deputado federal. A exceção na lista dos principais candidatos ao Buriti que, agora, querem ir para a Câmara dos Deputados é o vencedor da disputa, o governador Ibaneis Rocha (MDB) que vai buscar um novo mandato. Adversário de Ibaneis no segundo turno em 2018, Rodrigo Rollemberg (PSB) quer voltar a ser deputado federal, cargo que exerceu entre 2007 e 2010. Terceiro colocado na corrida ao Buriti, Rogério Rosso, governador por nove meses em 2010, se filiou ao PP e vai tentar um novo

mandato de federal, na tentativa de repetir o mandato que lhe deu visibilidade entre 2015 e 2018. Na sequência dos mais votados, o projeto é o mesmo: General Paulo Chagas (Podemos), Eliana Pedrosa (União Brasil), Alberto Fraga (PL) e Fátima Sousa (PSol) são pré-candidatos a deputado federal. Além desses, o ex-deputado distrital Alírio Neto, que chegou a ser pré-candidato ao GDF, mas fechou como vice de Eliana, também pretende concorrer a federal. Ele está no MDB. Esses planos mostram como será disputada a eleição para o tapete verde do Congresso. Todos tiveram mais de 65 mil votos.



Ed Alves/CB/D.A Press



Disputa começa na escolha dos candidatos

Candidato pelo PT ao governo em 2018, o economista Júlio Miragaya também se apresentou para concorrer a um mandato de deputado federal. Mas, no PT, a disputa começa já para a escolha das candidaturas, e nesta eleição será pior. Com as novas regras e com a federação, o partido terá apenas quatro candidatos a federal das nove vagas. Serão mais três do PV e duas do PCdoB.



Carlos Vieira/CB/D.A Press

Muitos nomes, poucas vagas

Entre os petistas que querem concorrer a um mandato de deputado federal estão Érika Kokay, candidata à reeleição; o ex-governador Agnelo Queiroz (foto); Roberto Policarpo; Rodrigo Pilha; e Ruth Venceremos. Sem contar que Geraldo Magela, caso não seja confirmado candidato ao Palácio do Buriti, também entrará no páreo para uma candidatura de deputado federal. Para os homens, são três vagas; e uma é feminina.



Luis Aguiar/CB/D.A Press

Vai vendo...

Entre petistas, a aposta é de que, sem união no PT-DF, o deputado distrital Leandro Grass (PV) vai acabar conquistando o espaço de candidato ao Buriti da federação PT-PV-PCdoB.

Foco nos negócios

O empresário Alexandre Guerra, que concorreu pelo Novo ao GDF em 2018, não deve ser candidato nessas eleições. Ele está sendo incentivado pelo partido a disputar um mandato de deputado distrital, para ocupar espaço do Novo na Câmara Legislativa. Mas, até agora, não topou.

Tudo pode mudar

Uma candidatura de Flávia Arruda ao governo do DF não está descartada na cabeça de integrantes do PL. Não é o desejo da Flávia neste momento, mas vai topar se o presidente Jair Bolsonaro quiser que ela concorra ao Buriti. Ela mesmo já disse isso a alguns aliados e José Roberto Arruda, marido e principal cabo eleitoral de Flávia, já falou sobre isso abertamente com alguns interlocutores. Com domicílio eleitoral no DF, a ex-ministra Damares Alves (Republicanos) pode ser a candidata ao Senado da chapa.



Marcio Ferreira/CB/D.A Press

2 X 1

Na lista de senadores que assinaram a CPI do MEC, há dois parlamentares do DF: Leila Barros (Cidadania) e José Antônio Reguffe (União Brasil). Izalci Lucas (PSDB) não apoiou.



MANDOU BEM

O cantor e compositor Gilberto Gil tomou posse como imortal na Academia Brasileira de Letras. É o primeiro representante da música popular eleito para a instituição.



MANDOU MAL

O Brasil registrou o primeiro caso de covid-19 provocada pela subvariante Ômicron XE, considerada mais transmissível do que as outras da mesma cepa.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O advogado Rodrigo Badaró teve a indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovada por expressiva votação. Foram 63 votos, 60 a favor, com três contrários e nenhuma abstenção. Escolhido pela OAB Nacional para representar a entidade no CNMP, Badaró foi conselheiro federal da Ordem pelo DF no triênios 2019-2022 e 2010-2013.



À QUEIMA-ROUPA

CORONEL WELLINGTON CORSINO, presidente da Associação dos Oficiais da Reserva Remunerada e Reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (Assor-DF)

Luis Nova/Esp. CB/D.A Press



“Não pode haver recomposição além da inflação do período anterior, que, segundo o IBGE, foi de 10,6%. E, como na proposta que o GDF enviou para o governo federal os índices da Polícia Civil estavam acima desse percentual, o reajuste não pode ser dado nesse ano”

Onde está exatamente a diferença na recomposição salarial de policiais civis e militares?

Esse processo que está em curso é uma recomposição salarial de carreiras específicas. Isso quer dizer que estão sendo repostas as perdas inflacionárias do último ano (2021). Se fosse uma reestruturação ou readequação remuneratória, o prazo legal para se conceder esse tipo de reajuste teria findado em 2 de abril. Quando a recomposição é só para repor as perdas inflacionárias, o prazo para concessão é até junho, para atender ao preconizado na Lei de Responsabilidade Fiscal, até 180 dias para o fim do governo que está terminando seu mandato. Por essa razão, não pode haver recomposição além da inflação do período anterior, que, segundo o IBGE, foi de 10,6%. E, como na proposta que o GDF enviou para o governo federal os índices da Polícia Civil estavam acima desse percentual, o reajuste não pode ser dado neste ano. Então, os militares pregam uma recomposição linear igual para todas as forças de segurança pública de 10,6%, incidindo na remuneração bruta e somando-se o valor resultante nos subsídios dos delegados e dos agentes. No caso dos militares, esse valor correspondente a 10,6% da

remuneração bruta dos oficiais e praças será adicionado na VPE de cada posto e graduação.

O argumento é de que os salários de coronéis e delegados serão equiparados no valor líquido. Está errado?

Isso é uma narrativa dos sindicalistas da Polícia Civil para terem um percentual diferenciado e bem maior do que os militares. Os nossos sistemas remuneratórios são diferentes. O sistema dos militares se compõe de um soldo básico mais gratificações, indenizações e adicionais. O sistema remuneratório dos policiais civis é o subsídio, que segundo a Constituição Federal, deve ser estabelecido em parcela única, sendo, portanto, vedado o acréscimo de algumas vantagens pecuniárias, como gratificações, adicionais, abonos, prêmios, verbas de representação e outras de caráter remuneratório. No sistema de vencimentos dos militares, as indenizações são isentas de imposto de renda e na nossa remuneração há uma indenização de moradia de caráter permanente que é isenta de Imposto de Renda. Esse é o ponto de discórdia entre os militares e os policiais civis. Se os índices de reajuste forem iguais, o salário bruto dos civis será

maior do que o dos militares. Porém, no líquido, os militares perceberão algo em torno de R\$ 400 devido à não taxação da indenização de moradia. Agora, vocês vão entender o porquê de os policiais civis só aceitarem um índice de reajuste maior do que o dos militares, pois eles não aceitam perceberem essa pequena quantia a menos que o Coronel da PM e do Corpo de Bombeiros. Tudo o mais além dessa verdade é desculpa para se conseguir reajustes com índices maiores.

Os policiais militares vão ganhar menos?

Pelo que consta na proposta do GDF encaminhada ao governo federal, o índice de recomposição dos militares é bem menor do que os da Polícia Civil. Tiraram da reposição das nossas perdas salariais para aumentar os índices dos policiais civis. Isso é ilegal, porque não se trata de um simples reajuste, mas de uma recomposição das perdas inflacionárias, e elas devem ser iguais para todos e não somente para uma categoria, sob pena de o presidente estar cometendo uma improbidade administrativa e um crime de responsabilidade ao retirar direitos previstos em lei e proporcionar para outrem uma recomposição maior que o índice estabelecido pelo IBGE.

“O pedido da CPI, apenas com disse-me-disse, sem provas, só tem um fato determinado: a tentativa do coordenador da campanha de Lula de atacar o presidente Bolsonaro, em ano eleitoral. Só resta a eles o vale tudo. Sinal de desespero”
Ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, sobre a CPI do MEC

“Já sentimos o desespero emanado do Palácio do Planalto, sobretudo da Casa Civil, para em uma operação desesperada retirar assinaturas e, na outra, fazer cortinas de fumaça para os fatos reais. Tem que ter CPI para esclarecer esse esquema escabroso de corrupção”
Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)



MARCOS OLIVEIRA



SÓ PAPOS



Minervino Jnior/CB/D.A Press